

**Inclusão social e ensino de geografia na educação do aluno surdo no Colégio
Estadual Ministro Santiago Dantas, Minaçu-Goiás.**

Sandra de Melo Silva¹

Priscylla Karoline de Menezes²

RESUMO: O artigo trata de uma pesquisa no campo dos estudos sobre a atuação do professor de Geografia diante os processos de inclusão de alunos com deficiência auditiva, que foi desenvolvida a partir de um projeto de monografia apresentada no curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Campus Minaçu. A pesquisa teve como objetivo principal analisar os processos de compreensão dos conteúdos de Geografia, por alunos surdos, e identificar como acontece o processo de mediação do conhecimento geográfico a partir do intérprete e do professor de Geografia. A partir de análises nesse contexto de ensino, escolhemos o Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas, em Minaçu, como escola campo da pesquisa; e com a aplicação de questionários e realização de entrevistas com alunos surdos, intérpretes e professores de Geografia, na instituição no período vespertino, foi possível observar a atuação dos intérpretes e professores de Geografia na educação dos surdos; além de refletir quanto ao processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva no ensino de Geografia. Nesse contexto, os resultados da pesquisa indicaram a insuficiência na comunicação entre professor e aluno surdo, professor e intérprete e conseqüentemente aluno e sala de aula, sujeitos que convivem desarticuladamente entre de uma mesma instituição de ensino; a insegurança do professor de Geografia em atuar no contexto de ensino inclusivo para alunos surdos, que justifica a necessidade de intervenção constante do intérprete em sala de aula.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia; Inclusão Social; Professor de Geografia;

Introdução

A diversidade existente no âmbito educacional acontece em diferentes aspectos. Por isso precisamos pensar as diferentes realidades do alunado e, conseqüentemente o aprimoramento dos recursos didáticos quanto as dificuldades dos alunos. Dessa forma, essa pesquisa tem como uma de suas pretensões evidenciar a importância de se refletir o aluno surdo e o papel do professor e do intérprete na construção do conhecimento de Geografia.

A partir de análises nesse contexto de ensino, que contempla a todos os alunos tanto surdos quanto ouvintes, buscamos compreender como acontece o processo de

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Minaçu. Email de contato: sandrademelosilva@hotmail.com

² Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Minaçu, e Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal da Goiás (UFG). Email de contato: priscylla.menezes@hotmail.com

inclusão do aluno surdo no ensino regular. Para isso, escolhemos o Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas, em Minaçu – município do norte goiano – como escola campo da pesquisa e a partir da aplicação de questionários e realização de entrevistas com alunos surdos, intérpretes e professores de Geografia na instituição, no período vespertino, foi possível observar: o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva no ensino de Geografia; a relação dos alunos surdos com suas salas; a atuação dos professores intérpretes e de Geografia na educação dos surdos e; ainda levantar considerações sobre a formação desses profissionais.

Nessa pesquisa acompanhamos quatro alunos matriculados; os quais foram denominados como: aluno (1) que corresponde aquele matriculado no 9º ano do ensino fundamental, e alunos (2, 3 e 4) matriculados no 1º ano do ensino médio; duas intérpretes (que neste estudo, foram denominadas X e Y), ambas com formação em pedagogia e três professores de Geografia (que foram chamados A, B e C) atuando nesse período. Os professores A e B Licenciados em Geografia e o professor C Licenciado em História, porém responsável por ministrar a disciplina de Geografia no Ensino Fundamental. Desses três apenas A e C afirmaram ter alguma formação voltada para inclusão e mesmo assim, não se sentem seguros para isso, pois ainda têm muitas dificuldades em compreender a língua de sinais. Essa dificuldade de comunicação entre professor e aluno surdo dificulta no aprendizado da disciplina, na interação professor-aluno.

Com o objetivo de analisar os processos de compreensão dos conteúdos de Geografia, por alunos surdos, e identificar como acontece o processo de mediação do conhecimento geográfico a partir do intérprete e do professor de Geografia e, com a preocupação em compreender quais as melhores metodologias que poderiam ser utilizadas no ensino de Geografia para facilitar a aprendizagem do aluno com deficiência auditiva, algumas indagações foram norteadoras desta pesquisa, como: Quais recursos e metodologia de ensino poderiam ser adotados para melhorar a aprendizagem em Geografia e favorecer a interação entre alunos surdos e ouvintes? Na perspectiva do intérprete, quais as dificuldades com relação à disciplina de geografia? O professor de Geografia está preparado para atuar nos processos de inclusão?

Nessa perspectiva, esse texto foi estruturado de forma a destacarmos primeiramente a importância de se pensar o ensino de Geografia para alunos surdos, em seguida destacamos a importância do intérprete nesse processo e por fim apresentamos

como esse trabalho vem acontecendo no ensino formal, a partir de análises documentais e trabalhos de campo, no Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas.

A importância de se pensar o ensino de Geografia para o aluno surdo

A deficiência auditiva, em qualquer grau, compromete o indivíduo em sua capacidade de interação com o espaço e seus sujeitos. Desse modo, o ensino de Geografia, que contribui para a construção de identificações culturais, e fornece possibilidades para o desenvolvimento de indivíduos reflexivos e com consciência social, pode ser um importante aliado às escolas no trabalho de formação de cidadãos críticos e emancipado intelectualmente, sejam eles surdos ou não.

Nesse sentido, é preciso que a escola também se adapte às necessidades do aluno surdo, pois não basta apenas considera-lo em suas atividades. É preciso que na política da escola esteja a preocupação com o aprendizado de alunos com surdez ou baixa capacidade auditiva. Para que assim, as ações escolares os levem a entender seus direitos e deveres enquanto cidadão e, as disciplinas – nesse caso nos preocupamos especialmente com a compreensão da Geografia e seus conteúdos – como auxílio fundamental para a organização e transformação do espaço onde vivem.

Sobre as análises e compreensão que o aluno deve ter a partir da Geografia, Callai (2005, p. 245) afirma que:

Por meio da Geografia, [...] podemos encontrar uma maneira interessante de conhecer o mundo, de nos reconhecermos como cidadãos e de sermos agentes atuantes na construção do espaço em que vivemos. E os alunos precisam aprender a fazer as análises geográficas.

Segundo a autora os alunos necessitam da compreensão da disciplina de Geografia, pois é a partir dela que o sujeito descobre sua importância como um ser participante do espaço que vivencia. No entanto o ensino precisa se tornar acessível a todos, ser um ensino aberto à diversidade que auxilia na aprendizagem de todos os alunos inclusive os surdos.

A Geografia para alunos com deficiência auditiva precisa de estratégias de ensino que facilitem a compreensão dos conteúdos geográficos. E assim, os façam se sentir como agentes participativos em seu processo de construção de conhecimento e, desenvolvimento social. Para isso, a utilização de mapas, figuras, vídeos legendados entre outros recursos didáticos – baseados no trabalho com elementos visuais –, tornam-

se fundamentais para o aprendizado desse alunado. As imagens, nesse caso, são opções pedagógicas que agem como facilitadores no processo de ensino-aprendizagem por ajudar o aluno a associar informações-conteúdo-realidade.

Para que o aluno diferencie as imagens e os conteúdos apresentados em salas de aula, é importante problematizar com o aluno o seu cotidiano – compreendendo as especificidades de sua vida –, para que assim os conteúdos geográficos possam ser mediados pelo professor e, contribuir para a construção de um conhecimento realmente ativo na vida do alunado. Conforme Callai (2013, p.44) “[...] a importância de ensinar a Geografia deve ser pela possibilidade do que a disciplina traz em seu conteúdo, que é discutir questões do mundo da vida”. Desse modo, para ensinar Geografia ao aluno, antes de tudo, o educador precisa refletir o poder das informações que a disciplina possibilita ao educando.

Educar alunos com deficiência auditiva pode proporcionar ao educador e ao educando experiências conjuntas, onde um aprende com outro, uma vez que as trocas de conhecimentos são valores que constituem um ensino capaz de promover uma integração social no ambiente escolar. Como a socialização não se concretiza num ambiente solitário, essa troca de experiências que proporciona à educação inclusiva uma possibilidade de concretização das relações e do conhecimento.

Ao considerar o ensino como um fator importante no processo de construção do conhecimento dos sujeitos surdos e ouvintes, o professor estará propondo um ensino de qualidade³ que objetiva qualificar seu aluno e acompanhar seus resultados. Conforme Cavalcanti (1998, p.165) “[...] o professor, na qualidade de agente que dirige o processo, precisa acompanhar e controlar todos os resultados tendo como referência um planejamento anterior, não para que o processo se cumpra rigorosamente conforme o previsto, mas visando à avaliação desse processo”. Tendo esse acompanhamento os resultados se concretizam de forma construtiva no processo de ensino- aprendizagem.

A disciplina de Geografia é primordial para o conhecimento do aluno com deficiência auditiva, no entanto, para que o aluno surdo seja contemplado com um ensino favorável as suas experiências, faz-se necessário um trabalho didático do professor, que precisa intensificar o uso de recursos visuais. Ao trabalhar com metodologias que enfatizam esses recursos, o professor pode promover o melhor

³ A concepção de qualidade trazida nesse texto corrobora em Souza (2014), que em uma lógica contra hegemônica, traz uma proposta que segue a perspectiva da educação como um bem público, que visa também o desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos (professor e aluno), em oposição à educação submissa aos interesses mercadológicos.

entendimento perante as atividades proposta e, dessa forma auxiliar na relação entre conteúdo e cotidiano. Como ressalta Callai (2013, p.87) “[...] Aspectos didáticos traduzem o entendimento que cada segmento tem do trabalho com ensino e com aprendizagem de Geografia. Em geral se expressam pela dimensão do uso da técnica e das formas metodológicas de como fazer com o trato de cada conteúdo [...]”.

Ao trabalhar a disciplina de Geografia e refletir sobre a necessidade de considerar as particularidades dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, o professor defronta-se com importantes quebras de paradigmas quanto a visão do ensino. Sobre as preocupações que o professor deve ter em sala de aula Libâneo (1994, p.159-160) enumera alguns pontos, que apesar de não ser específico para um grupo de alunos, vemos como fundamentais para se pensar o trabalho com alunos surdos:

1. Explicar com clareza os objetivos da atividade docente, as expectativas em relação aos resultados esperados e as tarefas em que os alunos estarão envolvidos.
2. Desenvolver um ritmo de trabalho de acordo com nível máximo de exigências que se podem fazer para aquele grupo de alunos.
3. Prevenir a influência de particularidades desfavoráveis ao trabalho escolar (colocar nas primeiras carteiras os alunos com problemas de visão ou audição, dirigir-se com mais frequência a alunos distraídos, dar mais detalhes de uma tarefa a alunos mais lentos);
4. Considerar que a capacidade de assimilação da matéria, a motivação para o estudo e os critérios de valorização das coisas não são iguais para todos os alunos: tais particularidades requerem uma atenção especial do professor a fim de colocar os alunos isolados em condições de participar do trabalho coletivo.

Nesse sentido, a atividade educativa precisa ser um processo de ações das quais o professor promove um ensino com objetivos e preocupações didáticas. Ao se perceber como um agente social, o professor terá condições de se posicionar diante das ações cotidianas e com isso desenvolver uma educação mais ampla. Como ressalta Libâneo (1994, p.17) “[...] a prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de promover nos indivíduos os conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social [...]”. Desse modo, os métodos educativos auxiliam os alunos surdos e ouvintes a se tornarem um membro mais participativo do mundo em que vivem.

Segundo Callai (2013), a educação escolar requer reflexão do professor, uma vez que ensinar Geografia também é auxiliar no processo de desenvolvimento humano dos alunos. Por isso é necessário uma organização das informações perante os alunos, um cuidado importante para a construção do conhecimento, haja vista a necessidade do

sujeito saber interpretar o quanto a disciplina influencia na vida de cada um. Dessa forma caberá ao professor dar sentido ao conteúdo e potencializar o aprendizado, seja do aluno surdo ou ouvinte.

Para Mantoan (2007, p.55).

Um dos pontos cruciais do ensinar a turma toda é a consideração da identidade sócio-cultural dos alunos e a valorização da capacidade de entendimento que cada um deles têm do mundo e de si mesmo. Nesse sentido, ensinar a todos reafirma a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem uma trama multicolor de conhecimentos, cujos fios expressam diferentes possibilidades de interpretação e entendimento de um grupo de pessoas sobre o mesmo tema/assunto.

Nesse sentido, a autora discute a importância do professor saber lidar com as diferenças e com o modo de apreender de cada aluno. Para Mantoan (2007) o professor precisa propor um ensino que contempla a todos na discussão do conteúdo ou na realização das atividades. Como nem todo profissional se considera capaz de realizar tal atividade, a autora destaca a necessidade de se considerar as diferenças em sala como uma forma de fortalecimento das relações desenvolvidas no decorrer da construção do conhecimento. Como destaca Mantoan (2007, p.58) “[...] é bom lembrar que não são os alunos com deficiência que prejudicam o bom andamento do ensino [...] ao contrário, a presença deles enseja mudanças substanciais nas práticas escolares, pois de nada adianta transmitir conteúdos, sem significados ou descontextualizados [...]”.

Sabemos que o trabalho com alunos deficientes não é fácil, e que muitas vezes as dificuldades encontradas estão associadas à ausência de recursos didáticos como: televisores, computadores, Datashow, entre outros. Desse modo, para que as atividades sejam contempladas pelos alunos com alguma deficiência – nesse estudo, frisamos o trabalho com alunos surdos – é preciso que a escola e os professores busquem recursos de fácil acesso. Um exemplo que podemos citar é a fabricação de maquetes, que pode envolver o alunado tanto na construção quanto no trabalho com as mesmas e, ainda facilitar o trabalho em grupo.

Portanto, ensinar requer cuidado e apoio que pode abranger a todos no sistema educacional, contudo, se fazem necessárias ações que auxiliem o professor e os alunos com algum tipo de deficiência. No caso do aluno surdo, a assistência educacional possibilita-o compreender o conteúdo e principalmente fornece condições para se reconhecer na sociedade – ponto que a Geografia se mostra fundamental nas discussões, com seus trabalhos políticos, culturais, sociais e econômicos, que ao serem utilizados

pelo professor de Geografia, é capaz de ajudar na formação de cidadãos críticos e conscientes de sua postura na sociedade.

Um dos auxílios que podem contribuir para a formação cidadã é o intérprete. No caso do trabalho com os alunos surdos, o papel do intérprete é de suma importância na inclusão do aluno à sala de aula – nesta consideramos não só as atividades, mas também os alunos ouvintes e professores – e nos processos de ensino-aprendizagem. Nesse sentido no próximo tópico procuramos entender-lo diante sua influência na compreensão das discussões geográficas e suas relações com o conteúdo. Aproveitamos o momento para também começarmos a discutir análises feitas a partir da escola campo – Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas.

A influência do intérprete na compreensão da discussão geográfica

O domínio da Língua de Sinais, o convívio com a comunidade e seu reconhecimento por esta comunidade não é o suficiente para garantir o bom desempenho do intérprete em sala de aula. Mesmo aqueles profissionais com formação superior com enfoque educacional também não estão preparados para tal prática, pois a formação do intérprete tem suas especificidades e não contempla todas as áreas do conhecimento. Segundo Quadros e Macleary *apud* Melo (2009, p. 1)

O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinados. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula.

Quando pensamos na disciplina de Geografia vemos a necessidade do intérprete e a importância dessa intermediação citada por Melo (2009) na comunicação entre professor-aluno e entre alunos. No entanto, vemos ainda mais forte a necessidade de comunicação entre professor regente e intérprete, uma vez que são eles os responsáveis pela discussão e construção do conhecimento em conjunto com o aluno. Em alguns dos relatos dos intérpretes, acompanhados por esta pesquisa – no Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas (CEMSD) – os profissionais, que não tiveram uma formação superior em Geografia, e deixam claro que a Geografia é uma das disciplinas que apresentam maior dificuldade para interpretação. Por não ser uma disciplina trabalhada diariamente e precisar trabalhar muito com a abstração do aluno a partir de termos específicos, há

uma maior dificuldade em se trabalhar com os sinais no contexto trazido pela matéria. Como exposto a seguir:

Intérprete Y – Com relação à disciplina de Geografia há muitas dificuldades em relação a interpretação do conteúdo para o aluno surdo. Não posso simplesmente interpretar o que o professor explica como é possível fazer em outras disciplinas, pois são usados termos, como: vertente, curva de nível, fuso horário, entre outros, que não são utilizados corriqueiramente e, por isso não têm sinais equivalentes.

Ao pensarmos que a Geografia trabalha com imagens específicas da ciência, como mapas e construção de croquis justificamos, ainda mais, a importância da comunicação entre professor e intérprete. Como afirmou o intérprete observado por esta pesquisa, “isso facilitaria na comunicação com o aluno surdo, pois há ícones ou mesmo representações cartográficas que precisam ter ressaltadas algum aspecto específico no momento da explicação e, caso eu não tenha conhecimento disso não apresentarei essa importância para o aluno” (intérprete Y, 2014). Dessa forma, a atuação conjunta de intérprete e professor de Geografia, é fundamental tanto para o trabalho do intérprete quanto para o aprendizado dos alunos surdos.

Ao serem questionados quanto as disciplinas na escola, os alunos surdos relataram ter dificuldade em aprender Geografia, principalmente quando precisavam interpretar mapas ou ao utilizá-lo para se espacializar pela cidade. Pensando nessa afirmação percebemos a ausência do professor regente nos processos de ensino aprendizagem do aluno surdo. Ao se ausentar, o professor deixa a serviço do intérprete o papel de ensinar Geografia, papel que não deve ser desempenhado por este profissional, haja vista não condizer com sua formação. Sobre esse comportamento, Damázio (2007, p.50) afirma que:

Não cabe ao tradutor/intérprete a tutoria dos alunos com surdez. É de fundamental importância que o professor e os alunos desenvolvam entre si interações sociais e habilidades comunicativas, de forma direta evitando-se sempre que o aluno com surdez dependa totalmente do intérprete. [...] Com relação à sala de aula, devemos sempre considerar que o espaço pertence ao professor e ao aluno e que a liderança no processo de aprendizagem é exercida pelo professor sendo o aluno de sua responsabilidade.

Pelo observado na escola campo, a realidade é um pouco diferente do que afirmou Damázio. O intérprete fica com a responsabilidade de ensinar os alunos surdos, responsabilidade que seria do professor regente – em conversa os três disseram não se sentirem habilitados a “trabalhar com a turma e mais alunos surdos”, mas que percebem quando os alunos surdos compreendem, pois eles mudam a fisionomia. Compreensão que é comprometida quando as atividades se prendem apenas ao livro didático, que deve ser lido pelo intérprete aos alunos com deficiência, a partir da Língua Brasileira de Sinais e na maioria das vezes não promove interpretações aprofundadas.

Ao separar os alunos surdos da turma em que ministra a aula, os professores deixam claro a necessidade de repensar sua função enquanto regente, uma vez que em sua fala acaba demonstrando uma divisão dos indivíduos, que pode ser reflexo da divisão das funções – eles ensinam os ouvintes e os intérpretes ensinam os alunos surdos. A falta de conhecimento ou o desinteresse pelo aluno com deficiência auditiva, por parte do professor, dificulta o processo de ensino-aprendizagem desses alunos. Ao se verem fora do contexto vivido pela turma na sala de aula, o aluno se sente desestimulado e muitas vezes desinteressado pelas aulas. Conforme análises feitas pelo intérprete X, que fez questão de anunciar em suas falas, esse distanciamento entre professor regente e aluno deficiente resulta no pouco envolvimento do aluno surdo com as aulas e conseqüentemente no desinteresse pela disciplina, graças as dificuldades de compreensão.

Na tentativa de minimizar os problemas no processo de ensino-aprendizagem, a escola observada trabalha com o auxílio de uma sala voltada para ajudar alunos que precisam de um atendimento educacional especializado. Com um nome de sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), nessa sala, com o auxílio de outro professor⁴, também especializado, o aluno que não conseguiu aprender o conteúdo no decorrer das aulas recebe um apoio no contra turno.

Como mostra a figura 01, a sala de AEE é uma das formas diferenciadas de ensino, que acontecem em uma sala comum. É uma sala, simples, composta por recursos pedagógicos para ajudar no aprendizado do aluno – auxiliando tanto os professores regentes quanto os intérpretes. Contudo, é uma sala que exige uma interlocução entre os professores quanto as dificuldades do aluno em sala de aula. Ou seja, o professor de recurso – aquele responsável pela sala de AEE – precisa estar

⁴ Para trabalhar na sala de AEE o professor precisa ter curso superior em áreas humanas e uma especialização na área da inclusão.

informado das dúvidas e dificuldades apresentadas pelo aluno e, também, passar ao professor e intérprete a evolução apresentada pelo aluno atendido.

Figura 01: Sala de Atendimento Educacional Especializado do CEMSD



Fonte: SILVA, 2014.

A respeito da sala de Atendimento Educacional Especializado e do professor responsável por ela, Carvalho, Custódio e Carvalho (2010, p.50) indicam que:

[...] o professor de Recursos toma conhecimento da problemática enfrentada pelo aluno no contexto escolar. Esse primeiro passo para um processo de identificação não se dá, se não a partir de um diálogo entre os profissionais da sala de aula e da sala de AEE. Obviamente que isso pressupõe uma observação e/ou triagem realizada por uma equipe multiprofissional, composta por profissionais de áreas afins à área da educação, como é o caso da fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia. [...] Cabe ao profissional do AEE identificar os diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento e aprendizagem do aluno que podem ou não estar associados à natureza do déficit apresentado [...].

As ações referidas pelos autores é uma das formas de identificar os procedimentos a serem tomados pelo professor de recursos, responsável pela sala. Portanto a sala de AEE deve ter materiais relacionados com as distintas dificuldades dos alunos que a procura. Segundo Carvalho, Custódio e Carvalho (2010, p.17) “[...] O professor que irá desenvolver atividades no AEE, deverá identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que possibilitem a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.”. Nesse sentido, a sala de

AEE do CEMSD com seus jogos, computadores, figuras e mapas marcados com a Língua Brasileira de Sinais, é preparada cotidianamente pelo profissional responsável e apresenta materiais apropriados para trabalhar com as especificidades de cada aluno atendido ali.

Mesmo com o auxílio da sala e do profissional de Atendimento Educacional Especializado, é importante enfatizamos aqui a importância do intérprete na educação dos alunos surdos. Quando pensamos em sua aproximação e relação de confiança que estabelece com os alunos surdos, é notório que o intérprete facilita a convivência desses alunos no ambiente escolar. Com o intuito de orientar e resguardar esse profissional, que atua diretamente com crianças, jovens e adultos com deficiência auditiva, o Ministério da Educação, preocupou-se em esclarecer os papéis que este deve exercer. Desse modo, fica estabelecido, segundo Brasil (2004, p.31) - Capítulo I, que:

Artigo 1º. São deveres fundamentais do intérprete:

§1º O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais, as quais foram confiadas a ele;

§2º O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

§3º O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de sua responsabilidade;

§4º O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestra técnicas;

§5º O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.

Com esses deveres relatados no artigo I do Programa Nacional de Apoio à Educação de surdos, estabelecido pelo Ministério da Educação, o profissional fica de certo modo preparado para enfrentar os imprevistos no decorrer da sua atuação; no que se refere à conduta, ao profissionalismo e à capacitação de qualidade enquanto tradutor. Sua postura envolve toda uma dinâmica no processo educacional, ela representa uma parte fundamental na educação do surdo como interação social, e na diversidade que envolve esses alunos, tanto em sala de aula quanto em eventos que acontecem na escola.

A partir das observações, os intérpretes do Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas são dedicados aos seus deveres. Apesar dos alunos surdos apresentarem grandes

dificuldades em compreender os conteúdos de quase todas as disciplinas. No que se refere à disciplina de Geografia, a professora B responsável pela regência dessa disciplina no 9º ano do CEMSD, afirma que “O intérprete, tanto na Geografia, como em outra disciplina busca agir com normalidade na hora de interpretar, e constantemente estudam o conteúdo antes de interpretar”; pois se comportam antes de tudo como um educador. Sobre essa postura do intérprete, enquanto responsável por ensinar, o Programa Nacional de Apoio à Educação de surdos traz que:

[...] o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. O intérprete por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído [...] (BRASIL, 2004, p.60).

Essa confusão apresentada pelo intérprete, quanto as suas funções, foi um ponto observado no CEMSD, onde o professor regente interage pouco com os alunos surdos e acaba se esquecendo da inclusão dos surdos na disciplina. Sobre a Geografia proposta para inclusão dos alunos surdos, é o que discutiremos no tópico a seguir.

A Geografia para a inclusão social dos alunos surdos no Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas

Conforme apresentado na introdução, essa pesquisa foi realizada a partir da aplicação de questionários e realização de entrevistas com alunos surdos, intérprete e professor de Geografia no Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas, no período vespertino. Durante a realização dessas etapas, foi possível observar: o processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva no ensino de Geografia, a relação dos alunos surdos com suas salas e a atuação dos intérpretes e dos professores de Geografia na educação dos surdos. Nesse momento também aproveitamos para refletir sobre os processos de formação dos profissionais envolvidos.

O processo de inclusão nas unidades escolares deve abranger ações tanto daqueles que atuam diretamente com o ensino de conteúdos, quanto os demais

envolvidos no ambiente escolar. Sobre essa atuação conjunta Makhol et.al. (2010, p.46) afirmam que:

Para que as unidades escolares se apropriem destes conceitos de modo a se tornarem cúmplices da proposta de educação inclusiva, é importante acima de tudo adotar técnicas de trabalho compartilhado. Nesse sentido, a ação educativa na perspectiva da inclusão não depende exclusivamente daqueles que planejam, mas de todos os profissionais envolvidos com o ato de educar.

Nesse sentido, é necessário que o Projeto Político Pedagógico da escola, o Regimento Interno da Instituição, os Planos de Atividades da escola – entre outros documentos propostos na instituição – além do professor, pense o aluno da inclusão. Uma vez que, sem o envolvimento da comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos não haverá inclusão.

O Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas apresenta uma prática pedagógica direcionada para a inclusão. Conforme seu Projeto Político Pedagógico (2014, p. 3) “Esta unidade escolar visa a implementação de uma pedagogia voltada para diversidade e inclusão, onde o processo ensino-aprendizagem é sustentado no desenvolvimento das competências: pessoais, cognitivas, operacionais e relacionais [...]”. Com essa proposta, a escola promove ações visando a inclusão, busca englobar e amparar as competências diversificadas e amparar na inserção dos alunos em suas especificidades. Para complementar o PPP, o Regimento Escolar do CEMSD, (2014, p. 7) estabelece:

Capítulo IV – Da Educação Inclusiva:

Art. 11º A organização e o atendimento aos estudantes com necessidades especiais acontecem em classes comuns do ensino regular, contando com:

- I – Professores capacitados em educação especial;
- II – Distribuição dos estudantes com necessidades educacionais em várias turmas visando ampliar as experiências positivas de todos, dentro do princípio de educar para a diversidade;
- III – Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos;
- IV – Metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados;
- V – Processos de avaliação da aprendizagem adequados ao desenvolvimento dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais;
- VI – Serviços de apoio pedagógico especializado da Regional de Educação jurisdicionada, mediante:
 - a) Atuação colaborativa de profissionais especializados;
 - b) Atuação de professor- Intérprete das linguagens e códigos aplicáveis.

De acordo com o Regimento Escolar do CEMSD (2014), houve um avanço na educação inclusiva na instituição, o que vem promovendo uma maior participação dos

alunos da inclusão. Considerando as particularidades dos alunos com deficiência auditiva em seus projetos pedagógicos, a escola veio favorecendo a inserção desses alunos às atividades propostas pela instituição. Sobre a inserção do aluno da inclusão no Projeto Político Pedagógico, Makhol, et al, (2010, p.20) relatam que:

O projeto político pedagógico de uma escola em processo de inclusão deve ser considerado como “carteira de identidade” da escola, evidenciando os valores, a cultura e as especificidades do alunado diverso. Espera-se ainda que prevaleça o propósito de oferecer a todos a igualdade de oportunidade educacional, o que não significa, necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. Quer dizer, os objetos de estudos trabalhados em sala de aula, devem ser essencialmente os mesmos para todos os educandos, com ou sem deficiência, mas os professores devem lançar mão de flexibilização no currículo, nas técnicas e nos métodos de ensino.

Para isso ocorrer os métodos de ensino devem ser planejado de acordo com as dificuldades dos alunos diante os conteúdos a serem trabalhados. Contudo, o professor além de planejar suas atividades considerando as especificidades do alunado, precisa atuar sem deixar que os alunos deficientes se sintam excluídos ou diferentes, diante os colegas da instituição. Conforme relatado pelo professor B, essa é uma preocupação constante nas atividades dos docentes da instituição, “Procuramos tratá-los da mesma forma que tratamos os alunos que não são da inclusão, para que não se sintam excluídos e nem diferentes, e conseqüentemente não desenvolvam restrições às nossas atividades”. Dessa forma, segundo o professor, valorizam os alunos surdos em sala de aula.

Durante a observação realizada nas aulas de Geografia foi possível perceber que aos poucos as ações voltadas ao ensino-aprendizagem estão sendo realizadas para inclusão do aluno surdo. Alguns professores buscam essa proposta, como ressalta a intérprete X, ao ser questionada quanto as ações do professor de Geografia: “Apesar de não ser ainda um consenso geral. Sim, felizmente nossos professores estão se adequando à inclusão. Aqueles que se interessam, sempre buscam a melhor forma de trabalhar o conteúdo de Geografia aconteça.” Para isso consideramos que os auxílios visuais são fatores indispensáveis na educação inclusiva, uma vez que essas ferramentas ajudam o sujeito a interpretar melhor o conteúdo geográfico.

Como declara o Regimento Escolar do CEMSD (2014, p.8).

A busca da identidade própria de cada estudante, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades de participação social, política, econômica e sua

ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

Como descreve o Regimento Escolar de 2014, a escola propõe um aprendizado ao aluno, visando a importância individual de cada um, por isso a necessidade de planejamento do professor em consonância com o documento. Para isso, é preciso que o professor utilize metodologias, que busque o reconhecimento de cada aluno, inclusive do deficiente auditivo perante o mundo em que vive. Nesse sentido, é importante o trabalho com ações que sejam compreendidas por todo alunado, sobretudo aquelas que consigam despertá-los para seus direitos e deveres como cidadão.

Segundo o regimento interno de 2014, o CEMSD possui materiais para se trabalhar com as multimídias, como: computadores, Datashow, televisores e DVDs. Esses materiais são fundamentais para trabalhar com os alunos da inclusão, uma vez que facilitam a interpretação das atividades realizadas em sala de aula. São artifícios complementares no âmbito educacional, que podem trabalhar com um ensino interativo e participativo, uma vez que também permite aos alunos interagirem e expandirem suas redes sociais. Sobre isso o PPP da unidade escolar estabelece que:

Para nós a interligação e a interação entre os membros de nossa Comunidade Escolar, levando-se em conta as diferenças sociais e culturais é, que nos possibilitarão alcançar nossas metas de sermos reconhecidos pela qualidade do Ensino oferecido, proporcionando ao estudante conhecimentos e formação de novos valores, através de propostas inovadoras, num ambiente democrático e de valorização humana (PPP, 2014, p.06, CEMSD).

As propostas do Projeto Político Pedagógico (2014), da escola citada, visam um ensino de qualidade voltado para as diferenças existentes, propondo uma interação social e uma escola aberta às inovações, capaz de incitar os valores humanos no ambiente escolar. Essa preocupação, segundo a Subsecretaria de Educação de Minaçu, não é recente, uma vez que atividades de inclusão acontecem nessa escola desde 2002. No entanto, esse processo necessita de aprimoramentos, que ainda estão em fase de desenvolvimento.

A educação inclusiva no ensino regular precisa de adequações nas aplicações das normas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei de nº9.394 de 1996, que estabelece em seu Art. 58 da Educação Especial: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecidas preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de

necessidades especiais”. Contudo, apesar de ser uma educação estabelecida por lei, o poder público ainda não compreendeu a necessidade de cumpri-las, não cumprindo aquilo que ficou determinado no Art. 60º do parágrafo único, da lei supracitada: “O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação de atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo”. Ou seja, as escolas são obrigadas a receber os alunos especiais, independente de receberem auxílio ou não, o que pode gerar uma educação sem adequações necessárias às diversidades do alunado.

Portanto o Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas precisa do apoio do poder público, para melhorar o ensino aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, como o aluno surdo que precisa de recursos didáticos para auxiliá-lo na interpretação diante os conteúdos trabalhados em sala. O ensino Geografia necessita desses complementos para facilitar a interpretação dos sujeitos surdos a compreenderem o espaço que ocupam e entender a importância de cada indivíduo em meio a sociedade, objetivando uma reflexão ativa e proporcionando uma interação no âmbito educacional.

Considerações Finais

A educação inclusiva é um procedimento que precisa ser constantemente avaliado, principalmente por se tratar de um processo de ensino com especificidades e ser uma forma de propor uma socialização aos deficientes, em salas convencionais e de ensino comum a todos. Essa junção reforça o direito do sujeito utilizar os diferentes espaços a que tem acesso, e construir um conhecimento ampliado e baseado também em suas experiências.

Contudo, foi possível observar no decorrer da pesquisa que apesar de ser um direito de todos, não é exercido por todos e tampouco é garantido de forma igualitária a todos. Os professores apesar de terem buscado uma formação para atuar com os alunos surdos, não se sentem habilitados a comunicar diretamente com esse grupo de alunado, postura que infelizmente se estende ao intérprete, que acaba não se comunicando também com o professor de Geografia e muitas vezes assumindo o papel do professor diante do ensino dos alunos surdos. Isso demonstra que a educação inclusiva da escola pesquisada precisa de avanços, principalmente no que se refere ao processo de

comunicação entre aluno surdo-profissionais e aluno surdo-sala de aula, para assim melhorar o processo ensino-aprendizagem na escola campo.

Apesar da escola contemplar os alunos com algum tipo de deficiência com a alteração dos documentos da instituição (PPP e Regimento Interno) e a disponibilização de materiais voltados às especificidades dos alunos deficientes, a exemplo do Atendimento Educacional Especializado, que conta com o auxílio de mais um profissional especializado em educação inclusiva, a falta de interação do professor de Geografia com os alunos surdos prejudica o processo de ensino aprendizagem.

Nas observações pôde-se perceber que o intérprete atua na maioria das vezes como se fosse o/a professor(a) regente e não uma intermediária em sala de aula. Esse processo de mediação precisa ser realizado pelo professor e acompanhado pelo intérprete. O ato de educar necessita de ações trabalhadas de acordo com as necessidades do aluno e, ainda, com as especificidades de cada disciplina. Os recursos didáticos são os auxílios facilitadores desse processo, isso deve ocorrer em todas as disciplinas, principalmente no ensino de Geografia, disciplina que visa buscar no indivíduo a compreensão e o seu reconhecimento como cidadão. Ao pensar nos sujeitos desta pesquisa, é preciso uma preocupação ainda maior, uma vez que ensinar Geografia é proporcionar aos alunos surdos uma nova possibilidade de ver o mundo.

Referências Bibliográficas

BRASIL, MEC. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** - Programa Nacional de Apoio à Educação de surdos. Brasília: SEESP, 2004.

BRASIL, MEC. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** - Programa Nacional de Apoio à Educação de surdos. Brasília: SEESP, 2004.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia: o professor**. Ijuí: Ed... Unijuí, 2013.

_____. **Aprender a ler o mundo: a Geografia no ensino fundamental**. In: caderno cedes, Campinas vol.25, n.66 p.227-241, maio/agosto. 2005.

CARVALHO, Lorena Resende; Willian Gomes Custódio; Sebastião Donizete de Carvalho. **Atendimento Educacional Especializado – AEE: perspectiva para educação em Goiás**. Goiás, secretaria da Educação/ coordenação de Ensino Especial, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

GOIÁS, Secretaria de Educação do Estado de Goiás. **Programa estadual de educação para diversidade numa perspectiva inclusiva no Estado de Goiás**. Goiânia: Superintendência de Ensino Especial, 2004. Disponível em: www.pdi.cnotinfor.pt/recursos/Goiás%20educacion%20inclusiva%20port.doc. Acesso em: 18 de outubro de 2014.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**/ São Paulo: Cortez; 1994. (coleção Magistério. 2º grau. Serie formação do professor).

MAKHOL, Carmem Susana *et al* (Org.). **Programa estadual de educação para diversidade numa perspectiva inclusiva: 10 anos**. Goiás: Secretaria da Educação/ Coordenação de Ensino Especial, 2010.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas**. Marcos José Silveira Mazzotta. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO, Alda Valéria S. O Intérprete Educacional. In: **Anais Do III Fórum Identidades e Alteridades**. UFS, 2009.

MINAÇU, Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas. **Projeto Político Pedagógico**, Minaçu - GO, 2014.

MINAÇU, Colégio Estadual Ministro Santiago Dantas. **Regimento Escolar**, Minaçu GO, 2014.

SOUZA, Ruth Catarina C. Ribeiro. Qualidades epistemológicas e sociais na formação, profissionalização e prática de professores. In: SOUZA, Ruth Catarina C. Ribeiro; MAGALHÃES, Solange Marins Oliveira. (Orgs.) **Poiésis e Práxis: formação, profissionalização, práticas pedagógicas**. Goiânia: Ed. América, Ifiteg, 2014. p.81-94